

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Culpa dos governos anteriores

O deputado federal gaúcho Paulo Pimenta (PT, foto) responsabiliza os governos anteriores pelo esquema criminoso que se instalou no INSS, lesando milhares de pessoas. O parlamentar garante que os aposentados e pensionistas serão ressarcidos, e que todos os envolvidos serão responsabilizados.



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Dinheiro dos aposentados

A lentidão do governo em restituir o dinheiro desviado das aposentadorias e pensões do INSS volta a ser criticada pelo deputado federal gaúcho Maurício Marcon (Podemos). Ele reclama que o governo tem barrado a instalação de uma CPI para investigar o caso, por saber que existem parentes do presidente da República envolvidos no esquema fraudulento.

Estatuto do idoso

A neutralidade de uma CPMI articulada pelo Senado, para investigar a fraude bilionária no INSS, é colocada em dúvida pelo deputado federal gaúcho Sanderson (PL). O parlamentar argumenta com o que diz o Estatuto do Idoso, "que determina a prioridade processual em casos envolvendo idosos". Ele solicita a instalação imediata de uma CPI formada apenas por deputados, para punir os culpados.

Securitização das dívidas dos produtores

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou, terça-feira, o Projeto de Lei nº 320/2025, que propõe uma nova securitização das dívidas acumuladas dos produtores rurais. A proposta, de autoria do senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP), com parecer aprovado de autoria do senador gaúcho Hamilton Mourão (Republicanos), segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

Manter a mobilização

Luis Carlos Heinze celebrou o avanço do projeto: "desde fevereiro que trabalho incansavelmente nessa pauta. O que conseguimos hoje é um pequeno passo, mas já representa um alento para milhares de produtores rurais. Ainda temos um longo caminho até a sanção da lei, por isso é fundamental manter a mobilização".

Prefeitos em Brasília

"A Marcha dos Prefeitos reuniu milhares de prefeitos novamente em Brasília, esta semana, e nós constatamos cada vez mais a centralização de recursos na União e a redistribuição das responsabilidades para os municípios". O protesto foi feito, da tribuna, pelo deputado federal gaúcho Ronaldo Nogueira (Republicanos).

Municípios sufocados

O parlamentar gaúcho observou que "as principais demandas dos prefeitos estão relacionadas ao tripé da seguridade social: assistência social, Previdência e saúde". Na visão de Ronaldo Nogueira, "os municípios estão sufocados pelo excesso de demandas, e nós precisamos revisitar o modelo da seguridade social, principalmente o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Pensando na próxima geração

O congressista salientou que "quem tem condições de pagar por um serviço de saúde, quem tem patrimônio e quem tem boa renda não necessariamente necessita ter 100% da cobertura do SUS. Essa é uma demanda que este Congresso Nacional precisará enfrentar pensando na próxima geração, e não na próxima eleição", disparou Ronaldo Nogueira.

Projeto que flexibiliza controle ambiental avança no Senado

Dispositivos contrariam decisões do Supremo Tribunal Federal

/ CONGRESSO NACIONAL

O projeto de lei que flexibiliza e simplifica o licenciamento ambiental no Brasil, em trâmite no Senado, traz pelo menos três dispositivos que contrariam decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Dentre eles está a Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC), centro da proposta, e também a dispensa de autorização para atividades ligadas à agropecuária e a limitação às Terras Indígenas e Territórios Quilombolas que devem ser considerados na análise de empreendimentos.

O projeto foi aprovado nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e Agricultura (CRA) nesta terça-feira, passará pelo plenário e depois voltará para a Câmara. Na CMA, foi acatada uma emenda que revoga dispositivos da Lei da Mata Atlântica, e permite a supressão de vegetação primária e secundária em estado avançado de regeneração, por meio de autorizações precárias.

"A emenda insere um 'jabuti' que na prática desmonta a Lei da Mata Atlântica. A mudança abre brechas para que qualquer município, mesmo sem estrutura técnica, plano diretor ou conselho de meio ambiente, possa autorizar o desmatamento dessas áreas, e ameaça diretamente os 12% restantes da cobertura original da Mata Atlântica", diz Malu Ribeiro, diretora da Fundação SOS Mata Atlântica.

Alcolumbre vê no projeto uma forma de pressionar a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que



ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO/JC

Presidente da casa, senador Davi Alcolumbre é apoiador do mudança

é contrária à exploração de petróleo na Foz do Amazonas - ele é grande interessado na atividade. Tanto o presidente Lula (PT) quanto o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defendem essa exploração.

A proposta também pode impulsionar o desmatamento no Brasil, incentivar a mineração e eliminar quase 20 milhões de áreas protegidas da análise ambiental das obras do Novo PAC.

A aprovação de uma lei em conflito com visões do Supremo não a invalida automaticamente, mas abre espaço para que seja contestada. Em geral, a lógica do projeto é simplificar e acelerar o licenciamento ambiental, ampliando possíveis punições. Um dos principais instrumentos para isso é a LAC.

Neste procedimento, o empreendedor recebe o aval para iniciar sua atividade por se comprometer a cumprir exigências ambientais

previamente estabelecidas, sem passar por uma análise individualizada. Estariam aptos a conseguir autorização por meio da LAC iniciativas de até médio porte e potencial poluente.

Duas vezes em 2020, porém, o STF entendeu que esse tipo de licença pode ser usado exclusivamente "para atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental". Na ocasião, o Supremo analisou a validade de LACs instituídas por estados. O projeto federaliza esse mecanismo.

Segundo dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária, mais de 1,5 mil dos quase 2 mil processos de territórios quilombolas estão em andamento - e, portanto, seriam desconsiderados na análise ambiental, pela regra proposta. Das mais de 800 terras indígenas do País, 259 seriam ignoradas, segundo dados do Instituto Socioambiental.

Alcolumbre quer simplificar licença para Foz do Amazonas

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), sugeriu a senadores a criação de um novo tipo de licenciamento ambiental especial com potencial de reduzir etapas de análise mesmo para atividades com potencial de agredir o ambiente, como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas ou mineração em áreas sensíveis.

A votação de projeto de lei que altera as regras do licenciamento ambiental estava prevista para plenário do Senado nesta quarta-feira. Até o fechamento desta edição o texto não havia sido apreciado. Se aprovado, o texto deve voltar à Câmara.

Procurado, o presidente do Senado não respondeu até a publicação desta reportagem. A Folha de S.Paulo teve acesso ao rascunho do texto apoiado pelo senador que cria a chamada "Licença Ambiental Especial (LAE)".

Esse novo mecanismo serviria para empreendimentos classificados como estratégicos, independentemente do seu potencial de dano ao meio ambiente e do uso de recursos naturais.

Defensores do meio ambiente ouvidos pela reportagem criticaram a ideia. Quatro pessoas que acompanham o tema afirmam, sob reserva, que o texto não foi apresen-

tado formalmente como emenda, mas já foi sugerido a parlamentares. O debate acontece na tramitação do projeto que flexibiliza e simplifica o licenciamento ambiental.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, Alcolumbre impulsionou o projeto de licenciamento (em linha com que querem os ruralistas) como forma de pressionar a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que é contrária à exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

De maneira geral, o projeto em trâmite flexibiliza processos, mas aumenta possíveis penas. Tem apoio de 89 entidades do setor produtivo.